

Captura Críptica

A GESTÃO SOCIAL E A RUPTURA COM O CICLO DA POBREZA, UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

SOCIAL MANAGEMENT AND BREAKING THE CYCLE OF POVERTY, A POSSIBILITY FOR SOCIAL TRANSFORMATION

Cristiane Westrup¹

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil. E-mail:
cristiane.wp79@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9652-0649>.

Artigo recebido em 11/11/2022.

Aceito em 21/11/2022.

**Captura Críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 126-139, 2022.
ISBN: 1984-6096**

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos em Gênero e Raça – (NEGRA/UNESC).



A GESTÃO SOCIAL E A RUPTURA COM O CICLO DA POBREZA, UMA POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

SOCIAL MANAGEMENT AND BREAKING THE CYCLE OF POVERTY, A POSSIBILITY FOR SOCIAL TRANSFORMATION

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo a gestão social sob a perspectiva do empreendedorismo social. Como objetivos específicos: a) Compreender a partir da imbricação entre gestão social e governança territorial a promoção da inclusão social. b) Pesquisar o empreendedorismo social como um transformador da realidade material de grupos subalternizados. c) Analisar a pobreza como um fenômeno construído a partir da concepção ideológica, econômica e política. A metodologia terá como abordagem o método dedutivo e o método de procedimento monográfico. A técnica de pesquisa será documental e bibliográfica, utilizando material documental sobre o tema exposto como livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Pobreza; Sustentabilidade.

Abstract: The object of this study is social management from the perspective of social entrepreneurship. The specific objectives are: a) To understand the promotion of social inclusion based on the intertwining of social management and territorial governance. b) To research social entrepreneurship as a transformer of the material reality of subalternized groups. c) To analyze poverty as a phenomenon constructed from ideological, economic and political conception. The methodology will be based on the deductive method and the monographic procedure method. The research technique will be documental and bibliographic, using documental material on the exposed theme such as books, periodicals, theses, dissertations and scientific articles.

Keywords: Entrepreneurship; Poverty; Sustainability.

1 Introdução

Este trabalho tem como tema a gestão social pensada a partir do contexto brasileiro e, o empreendedorismo social como uma possibilidade de transformação da realidade social de populações ou grupos subalternizados. A gestão social para além de uma gestão de políticas sociais podendo também ser considerada uma gestão de participação coletiva na tomada de decisões ou de ação compartilhada entre grupos ou pessoas envolvidas.

Como objetivos específicos: a) Compreender a partir da imbricação entre gestão social e governança territorial a promoção da inclusão social. b) Pesquisar o empreendedorismo social como um transformador da realidade material de grupos subalternizados. c) Analisar a pobreza como um fenômeno construído a partir da concepção ideológica, econômica e política.

A metodologia terá como abordagem o método dedutivo e o método de procedimento monográfico. A técnica de pesquisa será documental e bibliográfica, utilizando material

documental sobre o tema exposto como livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos.

O empreendedorismo social não como um conceito estanque, podendo ser entendido como o desejo de mudança do empreendedor com a participação coletiva, se transforma em ações inovadoras aplicadas para a transformação de realidades promovendo a inclusão social. Uma possibilidade de ruptura com a desigualdade, as injustiças, a pobreza.

A governança territorial unida com a gestão social criando possibilidades de desenvolvimento na compreensão do território como o espaço das relações sociais entre agentes que se relacionam com atores sociais de interesse local, regional ou territorial.

A pobreza não é um dado natural, mas uma construção ideológica, econômica e política de cada país assim como no Brasil. As incontáveis desigualdades que recaem sobre as pessoas em situação de pobreza, suprimindo sua dignidade, considerados não cidadãos ou cidadãos de segunda categoria, que mesmo em condições de subalternidade tentando sobreviver, são os excluídos do mercado consumidor capitalista, os desempregados, os trabalhadores da informalidade, os trabalhadores formais que compõe o trabalho precarizado, os que não têm acesso à cidade, aos bens, aos serviços.

Não se trata de travar uma batalha de conceitos sobre a questão social, sobre o que se entende como terceiro setor, um conceito falho, originado de teorias liberais. O Estado, a sociedade civil e o mercado não são setores, mas são partes integrantes da questão social como um todo. De fato, não se pode ignorar as ações e consequências do neoliberalismo no Brasil e em toda a América Latina. Se busca compreender através do empreendedorismo social, a possibilidade de mudança substancial de realidades quando utilizados os recursos disponíveis em benefício de determinado grupo ou coletividade, mesmo quando essas mudanças não ocorram primariamente por intermédio de políticas públicas.

2 Questão social - gestão social e governança territorial

Em tempos de crise, a questão social se coloca em pauta entre os diversos setores da sociedade que esboçam grande preocupação em relação ao desenvolvimento social, a disparidade entre as conquistas sociais e econômicas, as tensões sociais, o descontentamento popular, os processos de luta por direitos. Os movimentos sociais e populares, os partidos, os sindicatos e setores do governo têm preocupação com a trajetória e direcionamento da questão social e como esta alicerça os movimentos da sociedade (IANNI, 1989, p. 145).

A gestão social pode ser compreendida como um conceito que surge na década de 1990 ainda no século XX na América Latina, sendo utilizada como fim e meio para o fortalecimento das democracias reafirmando valores éticos, políticos, o diálogo e a participação. O que predomina é o viés humanitário, o interesse público e social em contraponto aos interesses privados, individuais e financeiros (BROTTO; KLEIN; ARAÚJO, 2016, p. 9).

A origem do termo surgiu nos EUA e na América Latina com a realização de cursos de capacitação para agentes públicos. Essa discussão é intensa no Brasil e se destaca como um campo em construção. Tenório (1998), diz que o caráter democrático da gestão social é quando o processo de decisão acontece pelo entendimento e não na negociação, visando assim o bem comum. Para França Filho (2003), a gestão social é um processo a nível organizacional e como fim a problemática de sociedade. Como finalidade se aproxima da gestão pública, pois procuram solucionar as demandas da sociedade. A gestão das demandas da sociedade resolvidas para além do Estado, pela própria sociedade. Fischer (2002) a gestão do desenvolvimento social, conceituada, orientada para o social (finalidade), pelo social (processo) guiada pela ética e solidariedade. Carrion (2007) diz que a gestão social tem como perspectiva um projeto de nação e um modelo de Estado que enfrenta a exclusão enquanto um processo. Devendo ser analisados não só o âmbito geográfico assim como as particularidades identitárias e culturais de cada comunidade (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013, p. 316-319).

Uma das características da gestão social é a ênfase na tomada de decisão coletiva, sendo esta segundo Tenório (2008) uma característica basilar. Para que ocorra uma decisão coletiva de fato, deverá ser livre de coerção, onde todos os participantes possam se expressar de forma autônoma. A tomada de decisão deverá observar o entendimento e não a negociação, demonstrando assim que o diálogo é outra característica da gestão social. Ainda outra característica que se enfatiza é a transparência como condição necessária para a tomada de decisão coletiva, em que a linguagem seja acessível a todos os envolvidos (CANÇADO; TENORIO; PEREIRA, 2011, p. 696-697).

Na perspectiva de uma aproximação teórica, Cançado (2011) definirá a gestão social por suas características e por suas categorias. Como características têm-se a tomada de decisão coletiva sem coerção, inteligibilidade, intersubjetividade, dialogicidade, transparência, entendimento e emancipação (como fim). O autor realiza uma aproximação teórica para a gestão social por meio das categorias teóricas. A gestão social parte do interesse compreendido, acontece na esfera pública e tem como objetivo a emancipação. Para o autor, a gestão social acontece quando pessoas privadas se encontram num espaço público onde possam decidir sobre

suas necessidades e perspectivas futuras. Essas características citadas anteriormente levam a decisões construídas através do entendimento e não pela negociação, com a finalidade de emancipar o ser humano. A emancipação como não tutela, mas buscando a autonomia (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013, p. 320-321).

A intersecção entre gestão social e governança territorial é possível a partir do entendimento que a tomada de decisões no âmbito coletivo com fins emancipatórios está vinculada ao desenvolvimento territorial. A capacidade do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil se posicionando como agentes do desenvolvimento.

O termo governança em geral é utilizado para se referir ao campo do desenvolvimento. Até meados de 1970, eram focalizadas ações governamentais (o setor público como propulsor do desenvolvimento); na década de 1980 pensava-se a administração do desenvolvimento pela capacidade de avaliação do Estado para integrar e gerir a sociedade; na década de 1990, última década do século XX, o desenvolvimento passou a ser pautado na capacidade do Estado e da sociedade civil para promovê-lo. Uma forma de governar e ou elaborar políticas públicas através da colaboração e cooperação tendo como princípio o bem da coletividade. Sistemas de governança de certo modo podem favorecer agentes privados como empresas e grupos econômicos com maiores possibilidades de recursos e de poder, mas o protagonismo crescente desempenhado pelos movimentos sociais e organizações não governamentais tem estimulado formas de governança com maior participação e não centralizadas (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013, p. 323-326).

Conforme o entendimento de Valdir Roque Dallabrida:

A governança poderia ser entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos, incluindo entre os atores representações dos agentes estatais. O exercício da governança territorial aconteceria através da atuação dos diferentes atores, nas instituições, incluindo o Estado, e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritorial. Redes poder socioterritorial é um termo proposto para referir-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica, tornando-se capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2011, p. 2-3).

A temática da governança territorial se define através da prática de planejamento do desenvolvimento. Estabelecendo um processo de consonância público-privada pela práxis dos diversos agentes nas instituições envolvendo o Estado, as organizações da sociedade civil, num projeto político de desenvolvimento de determinada região. O processo de governança

territorial não se define em localismos, tampouco que pessoas que atuam em determinado território, são as pessoas que ali residem. Existem outros atores territoriais que possuem o poder de intervir no território atuando no processo de desenvolvimento do espaço local. O desenvolvimento, local, regional, territorial pode ser desenvolvido por um processo de mudança estrutural edificado por uma sociedade organizada territorialmente na gestão dos recursos disponíveis para a melhoria da qualidade de vida da população (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013, p. 331-333).

A relação entre gestão social e governança territorial é de complementaridade quando entende o território como o espaço das relações sociais entre agentes que se relacionam com agentes sociais de interesse local, que por intermédio do diálogo, do entendimento, da participação coletiva com finalidade emancipatória que possibilitam o desenvolvimento e a inclusão.

3 O empreendedorismo social como transformador da realidade

O empreendedorismo social teve grande expansão no mundo desde a década de 1980 do século passado, abarcando um complexo de organizações da sociedade civil, negócios sociais ou empresas sociais, podendo ou não gerar lucro e tem como objetivo a geração de impacto socioambiental (impacto social e valor econômico). A função e responsabilidade do empreendedor social no campo econômico e sua relação com a sociedade civil e as políticas públicas, numa perspectiva compartilhada na resolução das demandas sociais (LIMEIRA, 2013, p.2-3).

O empreendedorismo social teve sua história marcada na década de 1980 e Bill Drayton, foi um dos mais importantes propagadores. Ele criou a fundação Ashoka, por acreditar na potencialidade transformadora de pessoas inovadoras e criativas, que identificadas com o empreendedorismo são capazes de impactar positivamente a sociedade (ANASTACIO; FILHO; MARINS, 2018, p. 9).

Ainda de acordo com a/os autora/es:

Drayton foi pioneiro em identificar o empreendedorismo social como um movimento transformador massivo e as pessoas que faziam parte desse campo como verdadeiros empreendedores com um propósito único: o bem comum da sociedade. Desde o começo, ele acreditou que as empreendedoras e os empreendedores sociais seriam as pessoas catalisadoras de mudanças sociais. Um dos fatores que melhor define o empreendedorismo social são as soluções sistêmicas, ou seja, àquelas que atuam na

raiz dos problemas e no enfrentamento das estruturas que criam os problemas que querem solucionar (ANASTACIO; FILHO; MARINS, 2018, p. 9).

Ser empreendedor social compreende se tornar parte de um grande movimento transformador. Fatos históricos que delimitaram as transformações socioeconômicas, sociológicas, antropológicas e tecnológicas se interligam com o mundo urbanizado, as mudanças climáticas onde a maior parte da população se concentra nas grandes cidades. A configuração de mundo em que vivemos possibilitou que existam determinadas pessoas muito ricas e no outro extremo, mais de um bilhão de pessoas que vivem em condições de miséria material e cultural (MARINS, 2018, p. 13).

Segundo a definição de Bill Drayton: “Empreendedor social pode se conceituado como aquele que sabe qual rumo que a sociedade deve tomar, eles preocupam-se profundamente com isso e farão acontecer, gastarão o tempo que for necessário”² (QUEM SE IMPORTA, 2012).

No âmbito cultural o empreendedorismo social se transforme em um movimento colateral na participação de atores econômicos de diferentes graduações, um movimento cívico e descentralizado, utilizando mecanismos de mercado para a promoção de ferramentas que consigam resolver problemas sociais, uma forma de redistribuição de poder. Esses empreendedores atuam na criação ou transformação de instituições não só pelo resultado do lucro, mas principalmente pelo seu valor social (MARINS, 2018, p. 27).

Um exemplo bem-sucedido de empreendedorismo social é a criação e trajetória do Banco Palmas, o primeiro Banco de economia solidária do Brasil. De acordo com a experiência de seu idealizador Joaquim Melo:

Nossa maior honra é dizer que este bairro fomos nós que construímos, o canto mais lindo do mundo é o Conjunto Palmeiras. [...] Aconteceu no Palmeiras um fato muito comum de acontecer nas favelas que se urbanizam e a renda não aumenta. Os moradores começaram a vender os seus barracos e a mudar para outras favelas. Porque isso acontecia? Porque não conseguiam mais pagar as contas. Chegava conta de água, conta de luz, conta de telefone. Olha o tamanho da contradição, você demora vinte anos para construir um bairro e não consegue mais morar nele. E aí dissemos, se conseguirmos criar esse bairro, nós vamos conseguir gerar trabalho, gerar renda, aqui dentro desse bairro com nossas próprias forças, nossos próprios moradores. Inventamos na época a brincadeira que era do balde furado. Qual o dinheiro que entra aqui nesse bairro? Tem aposentado que ganha dinheiro, tem gente que trabalha, tem gente que ganha esmola, e a cada constatação jogava uma bolinha no balde que logo

² QUEM SE IMPORTA é um longa-metragem de 93 minutos e foi filmado em 7 países diferentes: Brasil, Peru, USA, Canadá, Tanzânia, Suíça e Alemanha. Um total de 20 locações em apenas 40 dias, com todas as dificuldades de união das agendas dos nossos entrevistados. O filme também conta com várias animações, além das cenas gravadas em três idiomas diferentes (Português, Inglês e Espanhol). Narração de Rodrigo Santoro. Direção de Mara Mourão e produção de Mamo filmes e Grifa filmes. O filme QUEM SE IMPORTA teve sua estreia comercial nos cinemas, em abril de 2012, em São Paulo e Rio de Janeiro. Em seguida foi exibido em várias cidades, entre elas: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Londrina, Campinas e Brasília. <http://www.quemseimporta.com.br/>.

ficava cheio de bolinhas. Então tinha muito dinheiro entrando. A verdade que ali no Palmeiras tinha bastante dinheiro que era gasto mensalmente pelos moradores. Só quando se perguntava de onde a senhora compra os produtos e qual é a marca? Tudo isso era comprado de grandes marcas. Então nós dissemos o seguinte: vamos criar um programa que vai ser grosso modo falando, uma rolha para o balde. Cada rolha dessas do balde que eu conseguir fechar, cada buraco desse, vai ser o dinheiro que fica aqui e gera renda. Aí em janeiro de 1998 nós criamos o que demos o nome em homenagem ao Palmeiras, o Banco Palmas (QUEM SE IMPORTA, 2012).

O Banco Palmas, o primeiro banco comunitário brasileiro, que foi fundado no bairro Conjunto Palmeiras no ano de 1998 por sua associação de moradores. Reside no Conjunto Palmeiras aproximadamente trinta mil habitantes, bairro da cidade de Fortaleza no Ceará. O motivo da criação do Banco foi promover ações de desenvolvimento local e de inclusão social, criando uma moeda própria, a moeda social. (MOSTAGI, et al., 2019, p. 112).

Outro exemplo de empreendedorismo social no Brasil pode-se mencionar o projeto Saúde e Alegria que é desenvolvido junto às comunidades ribeirinhas no Amazonas, desde a década de 1980. Através dessa iniciativa foi criado o barco hospital, que chega até as regiões mais longínquas proporcionando assim, atendimentos em diversas especialidades resguardando o direito à saúde dessas populações. Além dos cuidados com a saúde, o projeto visa o incentivo a vida em comunidade através da troca de experiências e conhecimentos fomentando a sustentabilidade e o desenvolvimento dos recursos existentes através de parcerias (QUEM SE IMPORTA, 2012).

Nosso país possibilitou a geração de renda e riquezas para uma parte expressiva da população. A história nos mostra que a economia e as relações de trabalho se desenvolveram sob o signo da exploração, do servilismo, o que causou o aprofundamento da desigualdade que recaí sobre os corpos explorados, seja dos negros, dos indígenas, de toda a população em condições de pobreza em contraposição do enriquecimento por apropriação das elites. A pobreza dentro de um contexto neoliberal é naturalizada, e a responsabilização por estar nessa condição é do próprio pobre, reforçando o discurso meritocrático de que todos têm oportunidades bastando o esforço individual (MOSTAGI, et al., 2019, p. 113).

Isso demonstra que as políticas públicas verticalizadas nem sempre contemplam os maiores interessados, a população em condições de vulnerabilidade. Não significando que as políticas sociais sejam desnecessárias, ao contrário, o empreendedorismo social demonstra que é possível organizar a população de determinado local ou região e, pensar soluções para as demandas da questão social, ouvindo as pessoas para uma a compreensão da realidade em que vivem para conduzir as ações a serem realizadas de forma coletiva. A criação do Banco Palmas transformou significativamente a vida dos moradores, tanto na promoção de renda das famílias,

como modificou a estrutura e organização do local, possibilitando a inclusão social fortalecendo as relações comunitárias.

4 A construção da pobreza como mecanismo de exclusão

A história brasileira é atravessada por situações em que a questão social se faz presente em múltiplos aspectos. Desde o início da República, ela se apresenta como uma ligação da complexidade do país, dos regimes políticos, das desigualdades econômicas, política e culturais que envolvem as classes sociais, grupos raciais tensionando as relações entre segmentos da sociedade civil e o poder do Estado. Desde o fim da escravidão ela faz parte da sociedade nacional pela mobilização das lutas emergentes, e colocada como um desafio. As categorias do poder do Estado, tanto o autoritarismo e a democracia deparam-se com ela. Os debates sobre o pacto social, propriedade, reforma agrária, migração, o movimento indígena, o movimento negro, os sindicatos, os movimentos populares, a moradia, os movimentos sociais e outros temas da realidade, ocasionam sua discussão (IANNI, 1989, p. 145-146).

A América Latina nas últimas décadas sofreu com o genocídio neoliberal atingindo praticamente todos os seus países. Genocídio que se define pelos grandes indicadores de miserabilidade social, o aumento da riqueza pelo capital financeiro e a expansão da propriedade centralizada da terra e o crescimento do agronegócio degradando de maneira irrecuperável o continente latino-americano e caribenho. Com a expansão do capital transnacional, sob a hegemonia do capital financeiro, o servilismo dos governos e das classes dominantes em âmbito locais adotou como modelos econômicos e de governo a “doutrina” do Fundo Monetário Internacional (FMI), potencializados por parlamentos corrompidos e poderes judiciários cúmplices dos interesses dessa classe dominante. Diante dessa conjuntura, os povos latino-americanos devam se conformar com as eleições, acolher as mazelas, os estelionatos e toda a corrupção aguardando o próximo pleito para repetir os mesmos ciclos da velha política, dos interesses dominantes, onde a democracia “formal” se molda aos mercados globais, tornando-se cúmplice na propagação da miséria, da barbárie, do desemprego (ANTUNES, 2012, p. 71-72).

Nas palavras de Joaquim Melo: “A pobreza não é uma sentença, não é uma dádiva de Deus, uma coisa que não tem jeito. Basta que possamos produzir vender, consumir e comercializar uns com os outros” (QUEM SE IMPORTA, 2012).

Muhammad Yunus enfatiza:

Acho que a pobreza pode ser eliminada do mundo inteiro, porque a pobreza não faz parte da sociedade humana, a pobreza é artificialmente imposta aos seres humanos, não é natural para eles, não é parte deles, é algo artificial pode sempre ser erradicada (QUEM SE IMPORTA, 2012).

No período da escravidão no Brasil, diante desse sistema de trabalho existia uma questão social. O escravizado era expropriado tanto no fruto do seu trabalho como na sua pessoa. Não dispunha de si mesmo, era propriedade, era tido como coisa e não como um ser humano. O seu dono poderia dispor dele conforme sua vontade declarar-lhe a liberdade ou torturá-lo até a morte. Em contrapartida, o escravizado diante de tal perspectiva podia recorrer ao suicídio, à tocaia contra seus donos e algozes, rebelar-se, promover fugas, aquilombar-se. A situação do senhor e do escravizado estava definida, assim como a questão social ali delimitada, não era admissível uma possibilidade de negociação (IANNI, 1989, p. 146).

É possível que se separe a transição do *status* de escravizado brasileiro para o de cidadão em duas etapas. Primeiramente ele seria um ex-escravizado para num segundo momento alcançar a categoria de cidadão, sendo integrado totalmente à sociedade. Sob uma visão formal e acadêmica essa premissa pode ser aceita, mas se o pesquisador observar e adentrar nos espaços onde se encontra a maior parte da população negra e mestiça no Brasil, nas capitais e nas grandes cidades, sem muito esforço irá constatar em contato com essas pessoas que a aplicabilidade do conceito de cidadão é relativizada. São tratados como se nenhuma norma jurídica de proteção à cidadania e dos direitos sociais lhes fossem conferidos (MOURA, 2021, p. 32).

Na pós-abolição o regime de trabalho livre era gradativamente implantado (população branca e imigrante), desencadearam-se os processos de luta por melhores condições de trabalho e, aí se encontra a questão social. Os antagonismos sociais passaram a ser passíveis de debates, controle, negociação. Com o predomínio da repressão e da violência estatal e no âmbito privado, o Direito liberal imposto nas Leis, pressupõe uma negociação. O protesto social ganha corpo na possibilidade de mudanças e revolução. Com o passar do tempo a questão social passa a ser observada pelos setores dominantes e pelo Estado como algo relevante e que integra a realidade política, podendo ocorrer algumas concessões às demandas das organizações sociais, dos movimentos sociais e populares, mas sem modificar as relações de poder estabelecidas, a repressão e a criminalização da pobreza (IANNI, 1989, p. 146).

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a desigualdade social no Brasil atingiu patamares elevados sendo potencializada no contexto pandêmico. Indicadores de análise como o Produto Interno Bruto

(PIB), teve um crescimento ínfimo de 1,2% no primeiro trimestre de 2021 comparados aos anos de 2020 e 2019, que se mantiveram com percentual aproximado. A restrição ao crescimento se apresenta como consequência de uma política econômica ausente ou inexistente na redução das desigualdades sociais, acentuada pelo atraso do processo de vacinação no combate à pandemia que acarretou na morte de milhares de pessoas. A pandemia se caracterizou pelo aumento da desigualdade social e no crescimento do número de pessoas em situação de extrema pobreza. No início da pandemia 13,5 milhões de pessoas estavam nessa condição. No mesmo período em 2021 havendo um crescimento de 5,8%. No início dos anos de 2019 e 2021 aproximadamente 1,2 milhão de pessoas adentraram na extrema pobreza no país, representando um aumento de 9,0%. Em contraposição a quantidade de bilionários brasileiros aumentou dentro do contexto da pandemia. Cerca de vinte e dois brasileiros passaram a compor ou retornaram à lista de pessoas com 1 bilhão de dólares de patrimônio ou mais no ano de 2021, compondo a famosa lista “Forbes” os sessenta e cinco brasileiros nessa condição abastada (DIEESE, 2021).

As pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza no Brasil são as mais atingidas pela tributação ao passo que os mais ricos são isentos, ou beneficiados com tributação reduzida. Nosso sistema de tributação contribui para que a desigualdade permaneça prejudicando a distribuição de renda e riqueza. Com a Constituição de 1988, são assegurados direitos sociais observados os princípios da igualdade e da dignidade humana. A igualdade e a dignidade para todos, no plano material não é alcançada pela população ou grupos subalternizados.

Outra questão é a inflação que tem avançado mais intensamente as famílias com renda mais baixa, onde os itens básicos de consumo comprometem ainda mais o orçamento. O valor da cesta básica de alimentos teve aumento em quase todas as capitais brasileiras correspondendo o período de 12 meses (junho de 2020 a junho de 2021), os percentuais foram de 24,8% a 29,9% de acréscimo. Como exemplo em Porto Alegre – RS e em Florianópolis – SC, o valor da cesta básica é superior ao valor de R\$ 642,00 (seiscentos e quarenta e dois reais) (DIEESE, 2021).

Existem processos estruturais que edificam a desigualdade e os antagonismos que compõe a questão social. O crescente desenvolvimento do capitalismo nas cidades e no campo intensifica e promove diversos movimentos de trabalhadores. As migrações atravessam campos e cidades, fronteiras, regiões e nações. Trabalhadores que partem em busca de terra, trabalho, melhores condições de vida, direitos. Os fenômenos da industrialização e constante urbanização são cada vez mais ampliados. A concentração dos grandes centros urbano-industriais, a abertura

de fronteiras, marca os inúmeros movimentos das populações, fatores econômicos e forças produtivas. Essa complexa diversidade social amplia as desigualdades sociais.

A precarização acentuada das relações de trabalho dificulta ainda mais as negociações coletivas, diminuindo drasticamente a ocupação formal, trabalhadores com carteira assinada e aumenta a informalidade dessas relações, como também o crescente nível de desemprego, afetando o poder de compra, empobrecendo a classe trabalhadora.

5 Considerações finais

O presente trabalho traz como considerações finais no que se refere a gestão social destacando o empreendedorismo social como possibilidade de transformação da realidade social de populações ou grupos subalternizados. A gestão social considerada uma gestão de participação coletiva na tomada de decisões ou de ações que se compartilham através do diálogo e do consenso, predominando o princípio humanitário, o interesse público e social.

Constatou-se que em uma tomada de decisão ou em uma ação coletiva, que estas não poderão ser definidas sob coerção, tendo os participantes autonomia para chegar a um entendimento (consenso) através de mecanismos como o diálogo e a transparência buscando sempre a emancipação como finalidade.

Do mesmo modo apresentou-se a governança territorial que conjugada com a gestão social proporciona o processo da tomada de decisões pela coletividade objetivando a emancipação e conseqüentemente impactando o desenvolvimento local, regional ou territorial. A capacidade do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil em conjunto atuando como agentes do desenvolvimento. A governança no sentido de desenvolvimento busca uma forma de governar ou elaborar políticas públicas por intermédio da colaboração e cooperação pensando no bem da coletividade e que essas medidas sejam promovedoras da inclusão.

Desse modo é sabido que a gestão social e governança territorial são complementares, pois se compreende o território como o espaço em que acontecem as relações sociais a nível local ou regional em que grupos ou comunidades criam redes e interesses em comum com agentes sociais que possuem interesse local ou regional.

O empreendedorismo social se expandiu a partir da década e 1980 gerando impacto social e valor econômico, pensando a figura do empreendedor social como um potencial transformador de realidades com a capacidade de impactar positivamente a sociedade no

enfrentamento das desigualdades sociais acentuadas pelo capitalismo que produz um punhado de ricos e uma grande massa populacional em situação de extrema pobreza.

Alguns exemplos de empreendedores sociais que transformaram realidades a partir de sua capacidade criativa e de forma coletiva fomentando o desenvolvimento local ou regional contribuindo com a inclusão de pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. Os exemplos citados de empreendedorismo social: o Banco Palmas (1998) na região Nordeste, estado do Ceará o primeiro banco de economia solidária no Brasil criando a primeira moeda social. O Projeto Saúde e Alegria (1980), que se desenvolve junto aos ribeirinhos no estado do Amazonas, médicos atendem as comunidades mais distantes através do barco hospital, e desenvolvem projetos nas comunidades pautados na sustentabilidade.

Isso demonstra que a criação de políticas públicas voltadas para a questão social em geral é verticalizada, não conseguem sozinhas atender as múltiplas demandas das populações ou grupos subalternizados, muitas vezes elaboradas pelo Estado sem a participação dos envolvidos que em tese se beneficiariam de tais políticas. Não significando que estas políticas se tornem desnecessárias ou que o Estado não mais se responsabilize pela sua criação e implementação. O empreendedorismo social nos mostra que através da organização das comunidades os de grupos de determinado território que pensando coletivamente sobre sua realidade e demandas, consigam promover a inclusão social e o desenvolvimento pautado na autonomia e na emancipação promovendo uma fratura na realidade social, um rompimento com o ciclo da pobreza.

Referências

ANASTACIO, Mari Regina; FILHO, Paulo R. A. Cruz; MARINS, James (orgs.). **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018. Disponível em: <<https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf>>. Acesso em: mar. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BROTTO, Marcio Eduardo; KLEIN, Alejandro; ARAUJO, Edgilson T. Gestão Social e Avaliação de Políticas Sociais: abordagens e perspectivas. **O Social em Questão**. Revista do Departamento do Serviço Social. PUC Rio, Rio de Janeiro, ano: XIX, n. 36, 2016. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_36_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENORIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3,

set. 2011 p.681–703. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300002>>. Acesso em: dez. 2021.

CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, ano 2013. v. 9, n. 3, p. 313-353, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136/356>>. Acesso em: dez. 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. **IPEA. Anais do I Circuito de debates acadêmicos**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>>. Acesso em mar. 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Crise do Coronavírus. Desigualdades sociais e econômicas se aprofundam. **Boletim de Conjuntura**, n. 29, jun./jul. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>>. Acesso em: mar. 2022.

IANNI, Octávio. A questão social. **Revista USP**, set./nov. 1989.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **Empreendedorismo social no Brasil**: estado da arte e desafios. 2013. Disponível em: <https://ice.org.br/wpcontent/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

MARINS, James. O empreendedorismo social como movimento transformador massivo. In: ANASTACIO, Mari Regina; FILHO, Paulo R. A. Cruz; MARINS, James. **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

MOSTAGI, Nicole Cerci et al. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>>. Acesso em: mar. 2022.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

QUEM se importa. Direção: Mara Mourão. Produção: Tatiana Battaglia e Mara Mourão. Local: Brasil, Peru, USA, Canadá, Tanzânia, Suíça e Alemanha. MAMO FILMES e GRIFA FILMES, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P8j67-yR37I>>. Acesso em: dez. 2021.